

MEIO AMBIENTE

Del Porto defende exploração da cascalheira

Coordenador de Planejamento considera que a exploração de cascalho na Serra do Japi é necessária para reduzir preço de obras

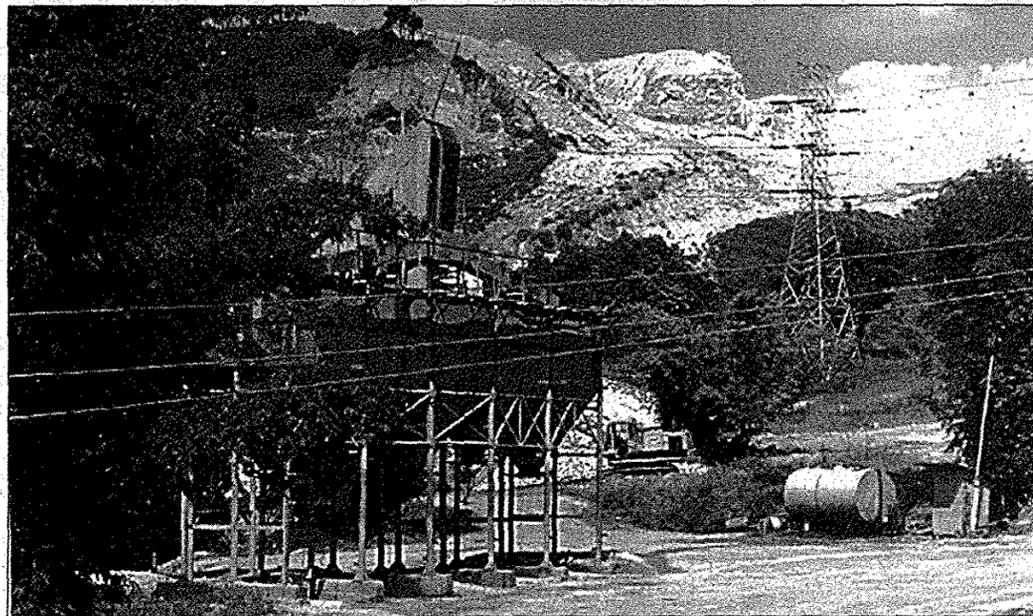
“Na época que eu era secretário de Finanças defendi a cascalheira e hoje continuo defendendo”, afirmou o coordenador de Planejamento, Sérgio Del Porto, quando questionado, segunda-feira, pelo Jornal de Jundiá sobre a exploração da cascalheira da Serra do Japi pela administração André Benassi (PSDB). Ele participou do encontro promovido pela Ação Pró-Jundiá (APJ) na Câmara. Segundo Del Porto, a exploração se faz necessária para a Prefeitura realizar obras de pavimentação no Município.

“Chegamos à conclusão que utilizando o cascalho da serra você reduz muito o custo dessas obras”, enfatizou o coordenador. Ou seja, a Prefeitura não se importa em explorar parte da Serra do Japi — tombada pelo Conselho Nacional de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat) — em troca de cascalho para asfalto.

“Se você pensar quanto a Prefeitura vai economizar de recursos com esse cascalho — que é de graça —, esse valor será muitas vezes maior que qualquer recurso investido num projeto de reestauração na Serra”, argumentou Del Porto, que em nenhum momento citou quais os prejuízos ecológicos que a cascalheira provoca nos mananciais dos rios da Serra.

As declarações do coordenador tiveram repercussão negativa nas entidades de defesa do meio ambiente da cidade (veja texto ao lado).

O coordenador ainda lembrou que a exploração dos



Exploração na Serra: Walmor fechou a cascalheira

recursos da cascalheira, que é de propriedade da família Storani, foi intensificada desde a administração anterior de Benassi (83-88). “Na época tomamos essa atitude pois pretendia-se fazer um plano de pavimentação muito pretencioso”, explicou.

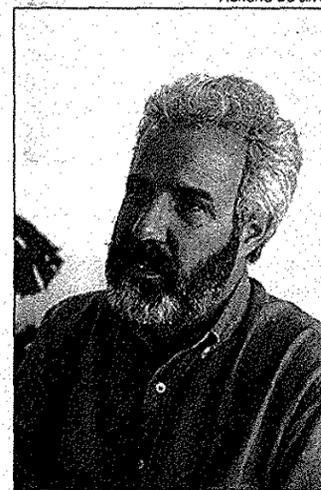
Segundo dados apresentados por Del Porto, na primeira gestão do prefeito Benassi foram feitos aproximadamente dois milhões de metros quadrados de pavimentação. “Fizemos a pavimentação de todos os bairros carentes da cidade”, justificou o coordenador.

Mas depois de alguns minutos comentando o assunto, Del Porto mudou o tom de suas declarações: “Por outro lado sem

dúvida a cascalheira cria um problema ambiental. Mas é uma área bastante pequena e de vegetação pobre”.

Del Porto resolveu, então, perguntar aos participantes do debate — entre eles os secretários de Administração e Finanças, respectivamente, Antônio Geromel e José Antônio Parimoschi, — quem conhecia ou já tinha ido à cascalheira.

Ninguém se manifestou e o coordenador analisou: “Se ela (a cascalheira) fosse importante pelo menos uma pessoa a conheceria. Na realidade, não é tão importante assim, mas é lógico que é um problema que tem de ser considerado”, disse Del Porto.



Del Porto: pavimentação

REFLEXO

Exploração “fere” mananciais, diz técnica

O presidente do Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada (Coati), Flávio Gramolelli Júnior, afirmou na tarde de ontem que são grandes os prejuízos ecológicos causados pela exploração da cascalheira na Serra do Japi. “São diversos os rios que cortam a cascalheira”, disse. “E além desse fato, os proprietários da cascalheira exploram a água proveniente da Serra”, apontou Gramolelli.

“Será que a Prefeitura prefere asfaltar ruas no Município ou ter água daqui há dez anos?”, questionou o presidente do Coati, mencionando que a água é considerada pelos ecologistas de todo o mundo o problema do próximo milênio.

Na concepção de Gramolelli, a Prefeitura poderia impedir essa exploração cassando a licença concedida à família Storani (proprietária da cascalheira) pela Secretaria

Estadual de Meio Ambiente e pelo Ibama. Essa licença já foi cassada pelo ex-prefeito Walmor Barbosa Martins (PTB), impedindo assim o prosseguimento das atividades de extração mineral no local. “O prefeito tem esse poder”, disse Gramolelli.

Uma das integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema), Sílvia Vasconcellos, declarou que o grande problema da exploração da cascalheira é a falta de recursos dos órgãos responsáveis pela defesa do meio ambiente para fiscalizar esse tipo de exploração. “Consequentemente as pessoas aproveitam essa falha para continuar a exploração”, afirmou.